

No Mundo Real

economia - Brasil

Os brasileiros esperam que se transforme em realidade a afirmação do presidente Fernando Henrique de que o Brasil perdeu muito tempo cuidando das graves questões macroeconômicas desde a crise da Rússia em agosto de 98. Chegou o momento de dar mais atenção à microeconomia.

A concentração dos esforços do governo no dia-a-dia da economia e dos consumidores, como redução de juros do crediário e do cheque especial, tem dois aspectos altamente positivos. O primeiro é o fato de que a mudança de ênfase revela a confiança de que a crise passou.

Não que o Brasil possa descuidar do controle das contas públicas ou do equilíbrio do balanço de pagamentos. No mundo atual, essas duas questões são exigências primárias – junto com a estabilidade da moeda – para a inserção de qualquer país no processo da globalização como participante atuante e não só como espectador.

Quanto mais cedo o governo obtiver no Congresso a aprovação de medidas complementares, sob forma de emenda constitucional, para resolver o desequilíbrio estrutural da previdência (INSS e setor público), principal causador do déficit e do endividamento da União, estados e municípios, mais rápido cairão os juros.

A preocupação com as taxas de juros que corrigem o custo da dívida interna foi uma constante no Plano Real. Na falta de política fiscal consistente, os juros altos foram a principal proteção à âncora cambial, que garantiu a estabilização da economia desde 1994.

As ameaças geradas pelas crises externas também contribuíram para a alta dos juros. Depois da desvalorização do real em janeiro e das turbulências da liberalização cambial, o Banco Central obteve sucesso na reversão das expectativas e na queda das taxas de juros básicos.

Faltava traduzir, no crédito ao consumidor, a queda de 45% para 19% ao ano dos juros básicos que remuneram a dívida pública e servem de piso à captação de recursos pelo sistema financeiro. Isto começou ontem, com a adoção de 21 medidas recomendadas pelo Banco Central, destinadas a reduzir a brutal distância entre as taxas de captação e as de empréstimo bancário.

O governo deu sinais positivos ao reduzir o Imposto sobre Operações Financeiras nos empréstimos a pessoas físicas de 6% para 1,5% (como nas empresas) e ao baixar a zero a alíquota do recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo dos bancos. Essas medidas, de efeito imediato, serão complementadas com providências na redução do risco no crédito ao consumidor.

Tais decisões, há muito aguardadas, chegam a tempo de renovar as esperanças de que, graças à substancial redução no custo do crediário, o derradeiro Natal do milênio seja o melhor dos últimos três anos. E, mais que isso, marque o início de nova era, com o governo dedicando a maior parte do tempo à volta do crescimento e da geração de emprego no século 21.